



A IMPOSSIBILIDADE DA EXPERIÊNCIA IMEDIATA EM KANT

Alexsandro de Souza Bergamasco*

Resumo: Este artigo visa analisar o idealismo tratado na segunda edição da *Crítica da Razão Pura* dando enfoque ao problemático. Segundo Kant, o idealismo cartesiano é incapaz de garantir a existência de algo através da experiência imediata. Kant apresenta a necessidade de haver não apenas pressuposição da existência de coisas externas, mas também a sua experiência. Para Descartes, a experiência interna é suficiente para a garantia de sua validade objetiva, portanto, a experiência externa é apenas pressuposta. Para alcançar seu objetivo de refutar o idealismo problemático, Kant afirma algo desvinculado da experiência interna, portanto, que esteja que esteja no espaço. A prova de existir algo externo ao sujeito permanente dá garantia de que não há possibilidade de afirmar algo como real e verdadeiro tão somente atribuindo ao sentido interno tal garantia. A prova de objetos externos torna-se alvo determinante na refutação do idealismo, pois através dela é possível colocar em cheque a validade objetiva garantida pelo sentido interno. Segundo Emundts, Kant na refutação do idealismo caracteriza-se por provar a existência de objetos externos. Klotz apresenta que o objetivo de Kant é estabelecer um fundamento na experiência externa de modo que as intuições possam ser consideradas verdadeiras. Caranti considera que através da experiência do sujeito, pode-se inferir que há objetos externos. Esses objetos externos podem ser compreendidos como alucinações ou entidades mentais.

Palavras-chave: Sentido interno. Idealismo. Experiência.

Considerações iniciais

Immanuel Kant após lançar a primeira edição da sua *Crítica da Razão Pura*, teve sua obra considerada obscura e de difícil compreensão. Tal obscuridade fez a tese de Kant ser confundida com o idealismo tradicional pelo fato de afirmar a impossibilidade de se conhecer as coisas em si.

A refutação do idealismo por Kant encontra-se na *Crítica da Razão Pura* em três momentos. O primeiro aparece no quarto Paralogismo da Dialética Transcendental da primeira edição da obra, “Paralogismo da Idealidade (da relação exterior)” (*KrV*, A367-380). Nesta edição da *Crítica*, a questão idealista foi tratada como um paralogismo.

* Mestrando do Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal de Santa Maria-UFSM. E-mail: alexsandro_bergamasco@hotmail.com

Em outro momento, encontra-se a “Refutação do Idealismo” na segunda edição da *Crítica da Razão* (*KrV*, B274-279). Por fim, podemos encontrar no texto kantiano uma nota explicitando o objetivo de introduzir o argumento da refutação do idealismo e sua reformulação no Prefácio a essa mesma segunda edição (*KrV*, BXXXIX-XLI).

Além do Idealismo Transcendental,¹ ou Formal, Kant cita duas espécies de idealismo material: o problemático e o dogmático. O idealismo dogmático, atribuído por Kant a Descartes, apresenta a tese de que a existência dos objetos externos é questionável e indemonstrável. O idealismo dogmático, atribuído por Kant a Berkeley, apresenta a tese de que o espaço e os objetos são meros produtos da imaginação.

O idealismo problemático duvida da existência de objetos externos no tempo independente do espaço. O idealista problemático é capaz de afirmar certezas tão-somente através do sentido interno, excluindo a possibilidade de intuição externa.

Na Primeira Analogia da Experiência, Kant afirma que, para haver a possibilidade de conhecer a existência de algo no tempo, requer-se que haja algo permanente no transcurso de nossas representações. Neste interim, Kant reconhece a necessidade de justificar a existência de algo externo ao sujeito, a fim de que esse algo externo possa dar garantia do permanente no tempo. Isto é, a representação objetiva de algo espacial no tempo passa a ser resultado de algo permanente que garante a objetividade da representação.

Salvaguardando a existência de algo permanente externo ao sujeito, que dá garantias suficientes para o conhecimento de sua existência no tempo, Kant coloca em xeque o idealismo problemático. Logo, a afirmação cartesiana de que o sentido interno é capaz de justificar a existência de algo real, desvinculado do espaço, é rejeitada.

1 Problema e refutação do idealismo problemático

O objetivo da pesquisa ora projetada é oferecer uma reconstrução do argumento da refutação do idealismo problemático na segunda edição da *Crítica da Razão Pura* atentando para o contexto filosófico do qual emerge a forma de idealismo criticada por Kant, bem como a literatura secundária sobre o argumento kantiano.

¹ “Compreendo por *idealismo transcendental* de todos os fenômenos a doutrina que os considera, globalmente, simples representações e não coisas em si e segundo a qual, o tempo e o espaço são apenas formas sensíveis da nossa intuição, mas não determinações dadas por si, ou condições dos objetos considerados como coisas em si” (*KrV*, A369)

Kant desautoriza a afirmação da existência do sujeito na desconsideração de sua condição empírica. Por isso, toda intuição é sensível, dependente das formas puras da sensibilidade. Em contraposto, o conhecimento humano não é intuitivo, mas discursivo. A síntese é o critério indispensável para que o conhecimento objetivo seja efetuado.² Ou seja, para que haja possibilidade de afirmar a existência do sujeito pensante em termos epistêmicos, deve haver intuição externa. Kant admite que:

[...] a representação eu sou, que exprime a consciência que pode acompanhar todo pensamento, é o que imediatamente contém em si a existência de um sujeito, mas não é ainda nenhum conhecimento [...] para tanto se requer uma intuição [...] a experiência interna só é possível mediante, e apenas através da experiência externa (KrV, B275).

A premissa “eu penso”, em Descartes, é uma premissa que contém em si mesma sua afirmação. Ou seja, pelo fato de a premissa e a conclusão pertencerem ao mesmo sujeito, não há vinculação com o empírico que disponibiliza dados ao pensamento.

Passemos à apresentação do próprio argumento dirigido a Descartes. Kant apresenta na *Crítica da Razão Pura* uma tese no qual objetiva refutar o idealismo, sobretudo o problemático atribuído a Descartes. Segundo Kant, esta espécie de idealismo é incapaz de garantir a existência de algo através da experiência imediata.

O idealismo problemático não admite que algo seja afirmado como verdadeiro sem antes ter encontrado provas suficientes de sua validade. Ou seja, para afirmar que algo seja verdadeiro, deve haver suficiência em suas conclusões através de um método no qual ofereça suporte que garanta clareza e distinção. De acordo com Kant, este algo suficiente no idealismo problemático é entendido por sentido interno. Portanto, não há vinculação imediata com a experiência externa.

Kant apresenta a necessidade de haver não apenas pressuposição da existência de coisas externas, mas também a sua experiência. Para Descartes, a experiência interna é

² Portanto, o princípio da unidade sintética “não é, contudo, princípio para todo o entendimento possível em geral, mas só para aquele cuja apercepção pura na representação: *eu sou*, nada proporciona ainda de diverso. Um entendimento que, tomando consciência de si mesmo, fornecesse ao mesmo tempo o diverso da intuição, um entendimento, mediante cuja representação existissem simultaneamente os objetos dessa representação, não teria necessidade de um ato particular de síntese do diverso para a unidade da consciência, como disso carece o entendimento humano, que só pensa, não intui.” (Cf. KrV, B139). “E independentemente da sensibilidade, não podemos participar em nenhuma intuição. O entendimento não é, pois, uma faculdade de intuir. Fora da intuição, não há outro modo de conhecer senão por conceitos. Assim, o conhecimento de todo o entendimento, pelo menos do entendimento humano, é um conhecimento por conceitos, que não é intuitivo, mais discursivo. Todas as intuições, enquanto sensíveis, assentam em afecções e os conceitos, por sua vez, em funções” (KrV, B93).

suficiente para a garantia de sua validade objetiva, portanto a experiência externa é apenas pressuposta. Embora, ambos os autores admitam a necessidade de haver algo que funde a validade objetiva, isto é, Descartes na experiência interna e Kant na externa.

Para alcançar seu objetivo de refutar o idealismo problemático, Kant percebe que há necessidade de afirmar algo desvinculado da experiência interna. Desse modo, há necessidade de provar algo desvinculado do sujeito, portanto, que esteja no espaço. A prova de existir algo permanente externo ao sujeito dá garantia de que não há possibilidade de afirmar algo como real e verdadeiro tão somente atribuindo ao sentido interno tal garantia. Segundo Allison, Kant “sustenta que o permanente que se requer não pode ser algo intuído internamente e isto equivale a afirmar que este algo não pode ser um objeto do sentido interno” (ALLISON, 2004, p.454).

Para a refutação do idealismo problemático, Kant inicialmente apresenta o seguinte teorema ou tese: a simples consciência, mas empiricamente determinada, da minha própria existência prova a existência dos objetos no espaço fora de mim (*KrV*, B275).

A prova de objetos externos torna-se alvo determinante na refutação do idealismo, pois através dela é possível colocar em xeque a validade objetiva garantida pelo sentido interno. Kant apresenta a seguinte prova:

Tenho a consciência da minha existência como determinada no tempo. Toda a determinação de tempo pressupõe algo de *permanente* na percepção. Este permanente, porém, não pode ser algo em mim (...). Por conseguinte, a percepção desse permanente só é possível através de uma *coisa* exterior a mim, e não pela simples *representação* de uma coisa exterior a mim. Consequentemente, a determinação da minha existência no tempo só é possível pela existência de coisas reais, que percebo fora de mim. (...) a consciência da minha própria existência é, simultaneamente, uma consciência imediata da existência de outras coisas exteriores a mim (*KrV*, B275).

Importante notar que esta estrutura kantiana objetiva, sobretudo, refutar o idealismo problemático. O idealista problemático afirma que a única experiência possível imediata é a interna. Logo, as coisas externas passam a ser meros objetos de inferência causal. Por serem deduzidas, são passíveis de dúvida. Isto é, a consciência que o sujeito possui dessas determinações de objetos no tempo, é mais correta que a mera consciência apenas de objetos espaciais. Logo, a consciência de objetos no tempo é independente de qualquer relação empírica externa. De acordo com Kant: “admitia o idealismo que a única experiência imediata é a experiência interna e daí apenas se inferem as coisas exteriores” (*KrV*, B277).

Na segunda observação a sua prova, Kant sustenta que o sujeito percebe as mudanças no tempo tão-somente por meio de mudanças nas relações externas de algo permanente no espaço. Isto é, para Kant a consciência do eu pensante não é uma intuição, mas uma representação intelectual do sujeito pensante. Este eu pensante possui algo próprio isto é, permanente no qual é possível afirmar sua representação no tempo.

Percebe-se que o permanente dá condição para que algo externo seja verdadeiro. Mas o que é este algo permanente? Kant, na Refutação do idealismo, oferece uma definição do que seria este algo permanente. De acordo com Kant:

Esse permanente não pode ser algo em mim, pois precisamente minha existência no tempo pode ser pela primeira vez determinado por este permanente. Portanto, a percepção só é possível por uma coisa fora de mim e não pela mera representação de uma coisa fora de mim (KrV, B275).

Percebe-se que o permanente é algo que constitui o sujeito de representações, ou seja, por estar no espaço, desvinculado do sujeito empírico, oferece dados à intuição de modo que seja garantida objetividade ao conteúdo intuído.

A representação de algo existente no tempo não é algo que constitui o sujeito de representações. O permanente não é um resultado de representações mentais. Logo, o sentido interno não é capaz de representar nada de permanente, como afirmara o idealismo problemático.

Para Kant, na segunda observação, para haver consciência de objetos no tempo, necessariamente devem existir objetos no espaço distintos destas representações. Logo, se segue que esses objetos devem ser distintos e, sobretudo, independentes das representações no tempo. Demonstrar a existência de um objeto no espaço independente de representações, seria demonstra-lo em si mesmo. Visto que o objeto em si está situado no espaço.

Apresentada a refutação do idealismo, nos deparamos com várias interpretações sobre se o objetivo de Kant foi alcançado com sucesso.

Segundo Emundts, Kant na refutação do idealismo caracteriza-se por provar a existência de objetos externos. A possibilidade de afirmar a existência de objetos no tempo é dada pelas Analogias. Se o sujeito é capaz de determinar representações de acordo com as Analogias, a afirmação que existe objetos externos reais torna-se possível.

Para ser possível a representação de algo na mente do sujeito deve haver algo externo que seja permanente e que permita tais representações. Este permanente deve ser espacial e

real. Para determinar algo no tempo, deve haver algo no espaço que seja objetivo e que possibilite a representação independente dos estados internos. Portanto, a representação de objetos nos estados internos do sujeito, só é possível, considerando a existência de objetos no espaço que de garantia para tal representação.

Há necessariamente total dependência de objetos externos para haver representação no tempo. Logo, não é possível a experiência interna pura. Isto é, a dependência do espaço faz com que a experiência interna não seja suficiente na representação.

Se um segue a linha de pensamento que eu esbocei aqui, chega-se ao resultado que, para Kant, não existe experiência puramente interior. Sempre que determinar algo no tempo, determina-se coisas que a nós representam como as coisas fora de nós. Portanto, devemos negar a própria ideia de experiência (EMUNDTS, p.184).

A consciência do próprio sujeito no tempo faz com que seja possível determinar outras coisas como sendo reais no tempo e no espaço. Segundo Emundts, esta afirmação só é possível caso Kant e o idealista problemático compreendam a primeira premissa da mesma maneira. Isto é, se Kant e o idealista problemático entendem no mesmo sentido a experiência interior, ou a consciência de minha própria existência. Porém, Emundts sublinha que a compreensão de experiência interna de ambos difere. Mas isso não implica afirmar que a posição do idealista problemático seja passível de dúvida.

A consciência de minha própria existência, conforme determinado no tempo é notavelmente diferente do entendimento da problemática idealista do interior da experiência. Se isso for verdade, o argumento é questionável. Isto não significa que Kant não pode mostrar que a posição do idealista problemático é insustentável (EMUNDTS, p. 184-185).

Segundo Emundts, a Refutação do Idealismo parece mais um paralogismo que propriamente um argumento contra o idealismo problemático atribuído a Descartes. Seguindo esta linha de pensar, é possível identificar três possibilidades de interpretação quanto ao objetivo de Kant ao formular o argumento da Refutação do Idealismo.

A primeira coloca Kant em uma situação pretenciosa ao apresentar o argumento e intitulá-lo, Refutação do Idealismo, com o objetivo de refutar o argumento do idealista problemático. Uma segunda possibilidade é a de que Kant teria seguido o método do idealista problemático que afirma a necessidade de algo real em si e tentar provar sua existência.

Uma terceira possibilidade seria considerar que, apesar de ambos os autores compreendem a experiência interna de modo diferente, há algo que compartilham. Para Kant,

o conhecimento objetivo se dá mediante a representação de algo externo ao tempo. Por outro lado, o idealista problemático afirma que o conhecimento objetivo se dá mediante a possibilidade da experiência interna dar conta da objetividade do conhecimento.

Allison comenta que a refutação do idealismo coloca em xeque o idealismo problemático de dois modos. O primeiro refere-se ao fato de o sujeito ser consciente de suas representações no tempo e o segundo pelo fato de o idealista pressupor a realidade da experiência.

Emundts comenta que, para Kant, a percepção das coisas depende da relação causal entre o objeto e a representação no tempo. Para haver possibilidade de determinar algo no tempo deve haver objetos em que o sujeito perceba a sua relação com o espaço e tempo. Esta determinação dá garantias de objetividade às percepções.

Segundo Emundts a dependência entre espaço e tempo para o sujeito conceber algo como objetivo já basta para refutar o idealista problemático. Não há necessidade de Kant referir as coisas mesmas para refutar o idealista problemático. Há dependência do espaço para afirmar algo no tempo. Logo, a posição do idealista problemático é questionada, pois este afirma a independência do espaço para conceber algo verdadeiro no tempo.

Klotz, por sua vez, procura mostrar que o objetivo de Kant é estabelecer um fundamento na experiência externa de modo que as intuições possam ser consideradas objetivas. Neste sentido, o conhecimento de objetos externos implica a existência de um “fundamento das aparências espaciais” (KLOTZ, 2008, p. 131).

Para Klotz, a intenção de Kant na *Refutação do Idealismo* é mostrar que para haver a representação de algo na mente do sujeito deve existir realidade externa. Isto é, algo que fundamente tal afirmação. Klotz confirma tal tese com base na citação de Kant: “nós estamos imediatamente conscientes de uma representação do sentido externo como tal” (Refl. 5654, AK. PR, V18, p 312).

Kant fala de uma consciência imediata da existência dos objetos externos. Logo, não há possibilidade de afirmar que há consciência imediata de objetos no sentido interno, como afirmava o idealista problemático. Com tal observação, parece Kant estar justificando o uso das categorias. Desse modo, elas funcionam como regras na operação epistêmica garantindo a síntese da apreensão perceptual. Por isso tendo as percepções espaciais que passam pelo crível das categorias, justificaria a tese da imediatez da experiência externa.

“Por isso, Kant pensava que a estratégia de estabelecer condições necessárias da experiência aplicada na justificação das categorias também é apropriada para justificar a tese da imediatez da experiência externa” (KLOTZ, 2008, p.132).

Vale observar que esse fundamento externo de aparência não possui função como as categorias. Pois estas são regras da síntese de conteúdos empíricos. Klotz comenta que “um pensamento sobre a origem dos conteúdos não pode ser entendido como um modo de sintetizar os conteúdos” (KLOTZ, 2008, p.132-133). Nesta relação em que o conceito de existência externa se difere de uma regra da síntese, o pensamento kantiano consegue provar que há necessidade de haver algo externo no qual dá garantia do conteúdo ser verdadeiro. Neste sentido, pode-se afirmar a imediatez da experiência externa. Para Klotz, esse fundamento externo do qual são oriundas as representações não se refere ao objeto em si, mas às aparências fenomênicas.

Outra questão que se discute sobre a tese da refutação do idealismo firma-se na questão do sujeito ser passivo em relação à suas experiências. As experiências referem-se às coisas que estão realmente fora do sujeito. O fundamento externo não está apenas nas coisas que estão fora do sujeito. Então, Kant não intencionou apenas mostrar que a pressuposição de um fundamento não-fenomenal de aparências está operante na percepção consciente, mas também que ela é verdadeira.

Kant comenta que, para o idealista problemático, a experiência normal e as alucinações são ideias. A diferença dessas duas perspectivas é que a alucinação corresponde a uma ideia no sentido imaginário. A tese kantiana do imediatismo externo refuta a tese do idealista problemático ao afirmar que há primazia do sentido externo em relação ao interno.

A existência de alucinações particulares não é motivo para afirmar que a imagem que o sujeito vê seja uma ideia da mente. Havendo o espaço no qual são possíveis ajuíza sobre objetos, as alucinações são detectáveis por não serem conciliáveis com a experiência do sujeito. Com a experiência do sujeito pode-se afirmar que há objetos externos, entidades mentais e alucinações. Logo, pode-se fazer a seguinte questão: o que garante que as ideias particulares não se aplicam ao caso da regra geral?

Como nós sabemos que o que acontece no caso particular não é a regra geral, não precisamos confessar ignorância, como faríamos, se aceito o pressuposto que todas as minhas experiências e preocupações são ideias (CARANT, 2011, p. 176).

Em resposta a esta pergunta Caranti considera que através da experiência do sujeito pode-se inferir que há objetos externos. Esses objetos externos podem ser compreendidos como alucinações ou entidades mentais. Caso o cético admita que a experiência externa seja imediata, a percepção desse objeto poderia ser considerada uma alucinação.

Em resposta a esta pergunta, Caranti entende que Kant ao afirmar que se há referência a algo externo este objeto é percebido diretamente pelo sujeito. Não somente sua representação na mente como o idealista problemático assim concebe. “Se tenho uma percepção direta de objetos externos, então eu estou não apenas percebendo uma entidade mental para que algo corresponda, mas percebendo o objeto não a sua representação” (CARANTI, 2011, p. 176).

A afirmação da tese do idealista problemático de haver possibilidade de alucinação de objetos externos torna-se questionável, pelo fato de ser facilmente detectada através do critério de verdade.

Considerações finais

Ao chegar ao fim desta breve exposição, percebemos que Kant objetiva, sobretudo, refutar o idealismo problemático atribuído a Descartes. O idealista problemático afirma que a única experiência possível imediata seja a interna. Logo, as coisas externas passam a ser meros objetos de inferência causal. Por serem deduzidas, são passíveis de dúvida. Isto é, a consciência que o sujeito possui dessas determinações de objetos no tempo é mais correta que a mera consciência apenas de objetos espaciais. Logo, a consciência de objetos no tempo é independente de qualquer relação empírica externa.

De acordo com Kant: “admitia o idealismo que a única experiência imediata é a experiência interna e daí apenas se inferem as coisas exteriores” (*KrV*, B277). O objetivo de Kant é provar que a consciência que o sujeito possui de sua existência e de suas representações no tempo é dependente da experiência de objetos espaciais. Isto é, o sentido interno não é suficiente na garantia de representações, faltando-lhe o sentido externo.

Kant pretende provar, assim, que há uma dependência de algo externo ao sujeito para haver representações internas. Logo, os objetos no espaço devem ser considerados reais, por serem causadores dessas representações no sujeito.

Segundo Emundts, Kant na refutação do idealismo caracteriza-se por provar a existência de objetos externos. A possibilidade de afirmar a existência de objetos no tempo

são pelas Analogias. Se o sujeito é capaz de determinar representações de acordo com as Analogias, a afirmação de que existem objetos externos reais torna-se possível.

Klotz, por sua vez, procura mostrar que o objetivo de Kant é estabelecer um fundamento na experiência externa de modo que as intuições possam ser consideradas objetivas. O conhecimento de objetos externos implica a existência de um fundamento das aparências espaciais. Outra questão que se discute sobre a tese da refutação do idealismo firma-se na questão do sujeito ser passivo em relação às suas experiências. Nesse sentido, as experiências referem-se às coisas que estão realmente fora do sujeito. O fundamento externo não está apenas nas coisas que estão fora do sujeito.

Caranti considera que através da experiência do sujeito pode-se inferir que há objetos externos. Esses objetos externos podem ser compreendidos como alucinações ou entidades mentais. Caso o cético admita que a experiência externa seja imediata, a percepção desse objeto poderia ser considerada uma alucinação.

Referências

ALLISON, Henry E. **El idealismo trascendental de Kant: una interpretación y defensa**. Prólogo e tradução de Dulce María Granja Castro. Barcelona: Anthropos; México: Universidad Autónoma Metropolitana – Iztapalapa, 1992.

CAYGILL, Howard. **Dicionário Kant**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

CARANTI, Luigi. The One Possible Basis for the Proof of the Existence of External World: Kant's Anti-Sceptical Argument in the 1782 Fourth Paralogism, 2011. KSO 2011. Disponível em: <<http://www.kantstudiesonline.net>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

FÖSTER, Eckart. Kant's **Refutation of Idealism**. In: L. Holland (ed.), *Philosophy, its History and Historiography*: Dordrecht, 1985.

EMUNDT, Dina. **The and the Distinction between Phenomena and Noumena**, in Guyer, Paul. *Kant's Critique of Pure Reason*. Cambridge, 2010.

GRAYEFF, Felix. **Exposição e interpretação da Filosofia teórica de Kant**: um comentário às partes fundamentais da Crítica da Razão pura. Lisboa: Edições 70, 1987.

GUYER, P.. *The Philosophical Review*, 1983.

_____, **Kant and the Claims of Knowledge**. Cambridge, 1987.

_____. **Le Scepticisme dans les deux éditions de la Critique de la raison pure**. In: Fichant, Michel e Marion, Jean-Luc. *Descartes dans Kant*. Paris: 2006.

_____. Kant: Taylor & Francis e-Library, 2006.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. 5ª ed. Tradução de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Editora Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

_____. **Crítica da razão pura**. Trad. Valerio Rohden e Udo Baldur Moosburger. São Paulo: Abril Cultural, v. 1 e 2, 1991.

_____. **Critique of Pure Reason**. Paul Gayer. Cambridge edition, 1999.

_____. **Notes and fragments**. Curtis Bowman. Cambridge edition, 2010.

_____. **Theoretical Philosophy after 1781**. Gary Hatfield. Cambridge edition, 2010.

_____. **Progressos da Metafísica**. 1. ed. Lisboa: Edições 70, 1995.

_____. **Prolegómenos a qualquer metafísica futura: que possa apresentar-se como ciência**. Lisboa: Edições 70, 1987. José Oscar de Almeida Marques: Estação liberdade, 2014.

_____. **Lógica**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992.

_____. **Textos Seletos**. Organização e tradução de Raimundo Vier e Floriano de Sousa Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1985.

KLOTZ, Christian. **As concepções kantianas do ceticismo acerca do mundo externo nas duas edições da Crítica da Razão Pura**: Studia Kantiana, 2008.

_____. **Kants Widerlegung des Problematischen Idealismus**: Göttingen, 1993.

HENRICH, Dieter. **The unity of reason: essays on Kant's philosophy**. Trad. Richard Velkley. London: Harvard University Press, 1994.

HÖFFE, Otfried. **Immanuel Kant**. Trad. Christian V. Hamm e Valerio Rohden. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

SMITH, Norman K. **A Commentary to Kant's Critique of Pure Reason**. London: Macmillan, 1918.

LEBRUN, Gérard. **Kant e o fim da metafísica**. Trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **Sobre Kant**. Tradução de Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Iluminuras, 2000.

LOPARIC, Zeljko. **A semântica Transcendental de Kant**. 2. ed. rev. Campinas: UNICAMP, 2002.

_____. **Kant e a filosofia analítica**. Cadernos de História e Filosofia da Ciência, Campinas: Universidade Estadual de Campinas, v.2, n.1, p. 27-32, 1990.

MARQUES, Antônio. **Organismo e sistema em Kant**: ensaio sobre o sistema crítico kantiano. Lisboa: Presença, 1987.

NEIMAN, Susan. **The unity of reason: rereading Kant**. New York: Oxford, 1994.

PATON, H. J. **Kant's Metaphysic of experience**. London: George Allen & Unwin, 1965. 2 V.

SCRUTON, Roger. **Kant**. Tradução de Maria Margarida Carrinho, Dom Quixote, Lisboa, 1983.

STRAWSON, P. F. **The bounds of sense. An essay on the Critique of pure reason**. London, Methuen & Co. Ltd, 1966.